

# **O PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – PROCAMPO – NA REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ.**

Marcos Marques Formigosa<sup>1</sup>  
Maykon Cardoso da Silva<sup>2</sup>  
Gabrielly Hamonny Santos de Souza<sup>3</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo apresentar a experiência formativa do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO – na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. Buscando identificar quais as contribuições que essa experiência vem trazendo para o desenvolvimento rural para essa região a partir do Programa. Além disso, apresenta-se as discussões e conquistas do movimento social organizado, envolvido na luta pelo acesso a educação e permanência dos sujeitos do campo. Essa experiência vem sendo socializada em Seminários Integradores realizados no período de alternância entre o Tempo Comunidade e Tempo Universidade, onde alunos, professores, movimento social, socializam pesquisas desenvolvidas em comunidades camponesas de origem dos alunos, ou próximas a elas. Nesse sentido busca-se apresentar, também, os benefícios e dificuldades que o Programa enfrenta para desenvolver suas atividades, tanto no âmbito do Tempo Universidade, como no âmbito do Tempo Comunidade, seja na parte financeira, como também de pessoal.

**Palavras Chaves: - Educação do Campo – Procampo – Desenvolvimento – Políticas Públicas.**

## **1. INTRODUÇÃO**

A realidade educacional no Pará é complexa, derivada de múltiplos fatores, entre os quais a sociobiodiversidade característica da região amazônica; a extensão territorial do estado; a histórica desigualdade regional que tem imperado no Brasil e o resultado em indicadores agravados no Norte do país, com destaque aos indicadores educacionais.

A expansão do Ensino Superior no país, ainda não foi capaz de superar a desigualdade educacional elevada entre as regiões e segmentos populacionais, urbanos e rurais, étnicos e de gênero. A precarização do ensino ainda é um elemento da realidade, mais ainda quando nos remetemos ao meio rural. A distorção série-idade, precárias condições físicas e materiais, falta de políticas que garantam a permanência com sucesso, são elementos que evidenciam tal precarização.

---

<sup>1</sup> Licenciado Pleno em Matemática (UFPA/Abaetetuba); Especializando em Gestão Pública e Sociedade (UFT/Unicamp); Membro do Grupo de Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (UFPA/Abaetetuba).

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFPA/Abaetetuba). Membro do Grupo de Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (UFPA/Abaetetuba).

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Pedagogia (UFPA/Abaetetuba) Membro do Grupo de Pesquisa Memória, Formação Docente e Tecnologia (UFPA/Abaetetuba).

As políticas públicas de juventude implementadas no país, particularmente a partir de 2003, tem na educação a sua centralidade, como revelaram os estudos de Sposito e Carrano (2003) e Freire (2009). No entanto, no que se refere ao ensino superior para atender as demandas da educação do campo, tais políticas ainda são flagrantemente insuficientes.

A educação do campo, à tempos, sempre ficou à margem das políticas públicas e, geralmente é pensada de forma generalizada, não proporcionando uma educação contextualizada, que possibilite uma formação cidadã e o acesso aos bens sociais, adequada ao modo de viver, pensar e produzir dos sujeitos do campo. Existindo, com isso, uma dívida histórica com tais sujeitos (ARROYO, 2006). O que se observa é que no campo, as políticas públicas são oferecidas sem condições de oportunizar os saberes necessários para uma formação cidadã, devido à precariedade de investimentos, tornando, dessa forma, o acesso a esse direito tardio.

Essas questões são norteadoras para observar que não existe nenhum respeito com as particularidades, a cultura, os costumes, a diversidade das populações do campo; que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

A “invisibilidade” da educação do campo tem sido rompida, pelo protagonismo de Movimentos Sociais que incluíram a temática sua agenda política; motivando o poder público, principalmente em nível federal a incluírem esse debate e a desenvolverem ações que venham a suprir um clamor histórico do homem do campo.

A busca pela universalização da educação não deve ser compreendida como uma educação unitária, mas como uma síntese das diversidades. Dentre essas buscas, destacam-se ações não apenas para a construção de escolas no campo, mas também, para a formação de educadores, levando, com isso, uma ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo. Afinal, a especificidade do campo não é uma realidade provisória que tende a desaparecer, mesmo que ainda existam ações humanas para que isso ocorra, porém os povos do campo não estão em extinção. Esses são uns dos motivos que levam homens e mulheres a buscarem instrumentos eficazes para garantir essas identidades.

O movimento social organizado, intelectuais, instituições de ensino, veem somando forças na busca de uma melhoria na qualidade de vida para o sujeito do campo, da universalização da educação pública, gratuita e de qualidade, em contraposição às políticas compensatórias do meio rural impostas pelos governantes. Os movimentos sociais, do campo e da cidade, travam lutas na perspectiva de erradicar o analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos do campo, sua cultura e seu padrão de vida.

## **A CRIAÇÃO DO PROCAMPO<sup>4</sup> NA UFPA.**

A perspectiva de criação do curso Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba<sup>5</sup> – surgiu a partir de um conjunto de reflexões realizadas no Fórum Regional de Educação do Campo da Região Tocantina (FORECAT), um espaço que se constitui numa articulação de Instituições de Ensino, Pesquisa, Órgãos Governamentais de fomentos ao desenvolvimento e da área Educacional, Entidades da Sociedade Civil e Movimentos Sociais que compartilham princípios, valores, concepções político/as da região, particularmente para os municípios de Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri e Mojú com o objetivo principal de pensar, discutir e construir políticas públicas de educação e formação permanente do homem do campo, estruturadas a partir da dinâmica da Agricultura Familiar na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável (CORDEIRO, 2010)

No Campus Universitário de Abaetetuba existem grupos de estudos e pesquisas que discutem questões ligadas às políticas públicas para a educação do campo, formação de professores e outras linhas que buscam relacionar o desenvolvimento regional a partir da qualificação dos professores das escolas do campo. Com isso, a busca em conhecer as políticas públicas para o desenvolvimento rural da região do Baixo Tocantins passou a figurar constantemente nos espaços de discussão, acreditando que um dos nortes para o desenvolvimento regional é a inserção das políticas públicas da área de educação, principalmente das escolas do campo.

A partir disso, o Campus, aprovou projeto submetido ao edital do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criando o curso de Licenciatura em Educação do Campo (Com habilitação em Linguagem, Matemática ou Ciências Naturais), destinado a formação inicial de 60<sup>6</sup> (sessenta) profissionais que atuam no âmbito da Educação do Campo, os quais podem estar ligados aos governos municipais, governos estaduais, movimentos sociais do campo, Casas Familiares Rurais, Escolas Famílias Agrícolas, Escolas de Unidades de

---

<sup>4</sup> Atualmente o PROCAMPO está vinculado ao Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que vai oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação da política de educação do campo, lançado em março de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. O objetivo do Pronacampo é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantir a distribuição de renda

<sup>5</sup> O Campus Universitário de Abaetetuba também é conhecido como Campus Universitário do Baixo Tocantins.

<sup>6</sup> As 60 (sessenta) vagas ofertadas no processo seletivo foram divididas em igualdade para os municípios participantes do FORECAT (CORDEIRO, 2010).

Conservação, Áreas Quilombolas e outros da área rural, situadas em contextos sociocultural diversificado da região do Baixo Tocantins, uma região que sofreu profundas mudanças advindas das influências dos grandes projetos industriais nela instalados influenciados pelos modelos de desenvolvimento e modernização da Amazônia, que não tem se pautado por princípios adequados à sua sociodiversidade e biodiversidade, fazendo com que cada vez mais se elimine a valorização dos sujeitos que habitam o campo, fragmentando a sua vida, levando estes a negar, muitas vezes, a sua origem, a sua história.

## **AS POLITICAS PUBLICAS PARA O CAMPO**

Algumas questões merecem destaque ao se tratar de políticas públicas para o campo, dentre elas, destacam-se: quais são os elementos norteadores sobre as políticas de educação do campo desenvolvidas no Brasil, na Amazônia e na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará; Existência de discussões no âmbito acadêmico a cerca do desenvolvimento social no campo a partir da educação do campo com a escolarização formal dos sujeitos do campo; e por fim, se a qualificação desses sujeitos tem possibilitado uma autocompreensão das especificidades, problemáticas e alternativas às vicissitudes próprias da condição das pessoas que vivem no campo.

São questões que levam a refletir que o campo nos dias atuais não é apenas fonte de produção de alimento e fonte alternativa de geração de emprego. Ele se constitui no século XXI, como fonte de geração de riqueza e fonte alternativa de produção de energia. A elaboração do biocombustível e o avanço do etanol põem no limite, mesmo com a agricultura familiar, formas tradicionais de existência. O avanço cada vez acelerado da indústria de alimento, do crescimento do agronegócio e da sustentabilidade do planeta, nos coloca, no dilema efetivo das possibilidades de crescimento econômico de um lado, mas de outro, no fim das formas tradicionais de produção e existência de culturas milenares.

Essa luta de classes, onde um número significativo de pessoas está envolvido, levamos a fazer reflexões de que a expressão “do campo” deve ser utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como “parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades”. É necessário construir um desenvolvimento a partir da perspectiva de que campo e cidade são espaços complementares e não espaços isolados, independentes um do outro. O campo é espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem (INEP/MEC, 2007).

A partir das provocações de diversos segmentos da sociedade a cerca da relevância da educação do campo para o desenvolvimento rural, o Estado vem buscando meios para suprir essa dívida histórica com as populações do campo. E, o acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo, para o atendimento da especificidade das escolas do campo é uma das políticas públicas para a educação do campo (BRASIL, 2010) e a universidade, que muitas vezes vive isolada da sociedade, deve contribuir nesse processo, de modo a sanar os verdadeiros anseios da população do campo, em relação à busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho integrados com a natureza (SILVA, 2002).

Assim, após um conjunto de reflexão envolvendo as entidades do movimento social e as instâncias do Estado, tem-se buscado “caminhos” alternativos de políticas públicas que sejam capazes de responder aos desafios colocados para as populações que resistem e sobrevivem no campo. Os sujeitos do campo vivem um tempo complexo de avanços, limites e possibilidades. De certo modo, o crescimento das organizações sociais, o acesso às tecnologias de informação, tem potencializado formas de resistências e conquistas efetivas nas ações e aplicabilidades de políticas e programas no meio rural.

Dentre esses “caminhos”, destaca-se o do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que segundo a SECADI tem por objetivo

A implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (SECADI, 2009).

O Procampo, pelas normativas da SECADI, pretende enriquecer o debate na formação dos professores das escolas do campo, associando sua formação através de processos educativos contextualizados, e sintonizados socioculturalmente com a realidade local e a diversidade da região, buscando evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo.

Além disso, surge como estratégia para a qualificação de profissionais que detenham um perfil voltado para as questões intrínsecas ao campo na Amazônia, com base nos princípios norteadores do desenvolvimento. Precisamente, o curso destina-se a sujeitos educacionais capazes de multiplicar conhecimentos e ações no processo vivo das políticas governamentais, estatais, de movimentos sociais e religiosos do campo.

O Programa também pode ser percebido como mais um componente na busca pela construção de novas racionalidades na Amazônia, na qual os debates, a alteridade, a reflexão crítica e autocrítica com proposições, passam a ser o mote para as possíveis alternativas aos principais problemas sócioambientais em escala local, regional e global. Pode-se também destacar o caráter formativo no tocante à importância da ação coletiva das populações do campo para garantir sua sustentabilidade cultural, institucional, ambiental e política.

Mas, até que ponto o Programa atende de fato às demandas dos sujeitos do campo?

A educação do campo conta com respaldo legal para exigir um tratamento diferenciado e específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) estabelece o direito aos povos do campo a um sistema de ensino adequado à sua diversidade sócio cultural, para as necessárias adaptações de organização, metodologias e currículos às “peculiaridades da vida rural e interesses dos alunos da zona rural”, que garanta uma educação emancipatória, associada às soluções exigidas à qualidade social dos povos do campo para um novo desenvolvimento sustentável, que respeite à diversidade em todos seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Dentro desta perspectiva as políticas públicas no campo educacional provocam consequências que não podem ser previstas, mas podem ser analisadas e reconduzidas. Neste sentido, faz-se necessário estudarmos com mais agudeza programas dessa natureza, a fim de compreendê-los e evitar as consequências nefastas para as populações do campo, ao mesmo tempo em que se deve propor um redimensionamento destas políticas com vistas à oferta de ensino superior às camadas populares na Amazônia Paraense, tendo em vista que as políticas voltadas para a educação do campo devem considerar as especificidades da realidade rural, com perspectiva de alcançar um desenvolvimento sustentável (INEP/MEC, 2007).

É uma forma de olhar a realidade amazônica a partir de um lugar que pouco se estudou, mas que expressa o ambiente das populações que nela habita. Isto é, que se constitui como lugar de homens e mulheres que residem, constroem sonhos, e estabelecem relações políticas e de cidadania. Pensar, então, a educação a partir de um lócus característico de sua formação que são os municípios com características agrárias marcadas pelos grandes projetos industriais, mas com forte influência de dinâmicas tradicionais tanto na formação cultural de sua população camponesa, quanto da manutenção de atividades econômicas marcadamente desenvolvidas pelo extrativismo, a pesca, o artesanato e a agricultura familiar.

Trazendo em si dinâmicas constitutivas que representam não só valores e costumes tradicionais das populações que a habitam como possuem injunções locais que dão

características próprias às formas de ação política e de poder dos diversos agentes sociais que o compõe.

Neste enfoque as políticas voltadas para educação, tanto para a educação básica quanto para o ensino superior, está muito mais incorporado aos princípios definidos pelas necessidades do grande capital e da globalização econômica, do que respondendo ao desenvolvimento regional e seus arranjos produtivos locais. Os aspectos da cultura globalizante suplantam fortemente os elementos das culturas tradicionais deixando um vácuo na forma e no conteúdo da formação de homens e mulheres que habitam estes espaços.

Essa reflexão torna-se relevante, porque ela muda o enfoque de se pensar os conceitos de Estado, desenvolvimento e educação, pois os localiza em um território que se compõe de arenas, onde estão incorporados desde os agentes que representam as instâncias institucionais dos governos – como o papel que a educação ocupa nesses espaços – bem como, a organização dos movimentos sociais, que significam injunções próprias de conjunturas de poder que simbolizam conflitos, empoderamentos, participações, que acabam constituindo o caráter da democracia e representações políticas neste espaço.

A educação superior para os sujeitos que vivem no campo, não deve ser algo que venha suprir às demandas do mercado econômico, todavia, deve ser uma educação emancipatória, que construa cidadãos críticos e envolvidos na busca do desenvolvimento regional sustentável. O PROCAMPO apresenta-se como constituinte do processo de qualificação de sujeitos educacionais do campo a partir de suas peculiaridades. E mais do que isso, busca contribuir com a construção de um projeto de sociedade, a partir da edificação de valores solidários e sentimentos coletivos, suscetíveis de gerar condutas que fortaleçam os movimentos sociais e suas ações coletivas, com respeito às diferenças étnicas e de gênero.

No âmbito produtivo o PROCAMPO levanta questões e debates capazes de contribuir também com o extrativismo de produtos florestais e aquáticos renováveis, assim como com a garantia de processos produtivos quem mantenham, fortaleçam e enriqueçam a biodiversidade dos mais diferentes ecossistemas naturais amazônicos. Enfim, que seja promotor de processos reprodutivos biológicos e culturais das populações do campo, com intenso apelo ao fortalecimento de sua auto-estima.

Outro questão que merece destaque é a apropriação que a universidade teve para com a formação dos sujeitos do campo. Isso pode ser observado pela oferta do curso de Licenciatura em Educação do Campo em seu vestibular<sup>7</sup> normal, para atender os sujeitos do campo e outras pessoas interessadas na discussão da temática.

## O CAMINHAR DO PROCAMPO NA UNIVERSIDADE

Por ser um Programa do Governo Federal, o PROCAMPO recebe recursos<sup>8</sup> próprios para o desenvolvimento de suas atividades. Recursos esses que são repassados para a instituição que aprovou projeto junto a SECADI. Mas, atualmente, segundo a coordenação do Programa no Campus, o Governo Federal não tem feito o repasse desse recurso para a UFPA. E como todos os alunos são da zona rural de seus respectivos municípios, precisam de espaço para alojamento, deslocamento. As aulas (conhecido como Tempo Universidade) acontecem em período de férias escolares (janeiro/fevereiro e julho/agosto) e os alunos se deslocam nesses períodos para Abaetetuba.

Isso tem ocasionado uma serie de dificuldades para a coordenação do Campus, que já possui um orçamento limitado e que não pode ser aplicado em outra rubrica. A turma “beneficiada” pelo PROCAMPO já concluiu o 3ª Etapa (de um total de 8) do Tempo-Universidade, e ainda e uma dúvida se as próximas etapas irão acontecer.

As entidades que compõem o FORECAT têm dado um grande suporte para o desenvolvimento dessas atividades. Seja com recursos financeiros, seja com recursos humanos, onde os próprios participantes do Fórum desenvolvem atividades que vão desde a busca de recursos para o desenvolvimento das atividades, como serviços de limpeza, manutenção, transporte e outros.

Os desafios encontrados pela Universidade são grandes. Por possuir um corpo docente reduzido, a lotação dos professores para dar aulas para a turma acontecem, dependendo da disponibilidade de professores, que precisam preencher seu Plano Individual de Trabalho (PIT) nas suas faculdade de origem, e caso precisem de carga horária, se deslocam para o Programa para poder suprir. É notório que existem professores que trabalham por amor à causa dos sujeitos do campo, que ministram disciplinas para além de seus PITs, mas, é uma incerteza constante, todas as vezes que se começa a planejar a oferta de disciplinas.

Dessa forma, o governo não garante o andamento tranqüilo do programa, retardando ainda mais a qualificação desses sujeitos do campo. Mas, o movimento social, a universidade

---

<sup>7</sup> A Universidade Federal do Pará ofereceu 50 (cinquenta) vagas no Processo Seletivo de 2012, no período extensivo (regular) noturno.

<sup>8</sup> Esses recursos são destinados exclusivamente para material de consumo, além de hospedagem e transporte dos alunos



e os próprios alunos acreditam que podem lutar para melhoria da qualidade da Educação do Campo, na região do Baixo Tocantins.

## CONCLUSÃO

É notório que as políticas públicas para os sujeitos do campo veem sendo ampliadas nos últimos anos. Políticas essas que vão desde a Creche à Educação Superior. Todavia, o que se observa é que tais políticas públicas ainda veem acontecendo de forma compensatória, dificultando em alguns aspectos o desenvolvimento cultural dos sujeitos do campo.

No âmbito do PROCAMPO, se a demora do repasse de recursos, para a execução das atividades, permanecer, para uma dúvida entre a universidade, os alunos e o movimento social sobre a continuidade ou não da formação de diversos alunos que esperaram ansiosos para uma educação superior de qualidade.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ANADON, Marta. **Formação, Pesquisa e Desenvolvimento em Educação**. Salvador: UNEB/UQAC, 2005.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo M. **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Vol. 2. Brasília. BF: articulação nacional por uma educação básica do campo, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Procampo**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12395:apresentacao&catid=320:procampo&Itemid=673)>. Acesso em: 30 de set. de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 02 de nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 01, 2002. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília, DF, 3 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação no Campo**. Brasília: INEP, 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. Ed. Campinas, SP: Cortez, 2001. (Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v. 16)

CORDEIRO, S. M. S et al. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. Abaetetuba-PA: UFPA/Campus Universitário de Abaetetuba, 2010.

FISCHER, Tânia: **Poderes locais, desenvolvimento e gestão**: uma introdução a uma agenda. In FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão do Desenvolvimento e Poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. **Juventude rural e políticas públicas**: Saberes da Terra na Amazônia Paraense. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável para o Trópico Úmido, UFPA, 2009.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007

SILVA, F. C. da. **Raízes Amazônicas, Universidade e Desenvolvimento Regional**. In: MELLO, A. F. de. *O Futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI*. Belém: EDUFPA, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.